

A infância (des)conectada da “cidade modelo”: o ensino remoto emergencial e a segregação espacial na cidade de Curitiba¹

Marcelo Nogueira de Souza²

Maria Tarcisa Silva Bega³

Lislaine Mara da Silva Guimarães⁴

Recebido em julho de 2022

Aceito em outubro de 2022

RESUMO

O artigo analisa como a segregação espacial impacta as crianças e adolescentes da cidade de Curitiba. Através da análise do efeito-território, ancorada nos dados apresentados, conclui-se que o território é, também, capaz de gerar desigualdades. São justamente os bairros com os piores indicadores sociais e o maior percentual de crianças e adolescentes os que apresentaram as menores porcentagens de domicílios com acesso à internet. Os dados evidenciam que a política educacional do município apresenta um imenso gargalo no que se refere à inclusão digital, sendo que este adquiriu novos contornos diante da pandemia de Covid-19 pois, em razão do isolamento social recomendado pelas autoridades sanitárias, os sistemas de ensino passaram a adotar o ensino remoto, que, da forma como foi implantado, acabou por revelar-se como mais um indicativo da imensa desigualdade social que acomete as crianças e adolescentes da cidade.

Palavras-chave: Segregação espacial; Desigualdades; Crianças e adolescentes; Ensino remoto emergencial; Curitiba.

¹ GT 12 – Sociologia e Políticas Públicas.

² Doutor em Sociologia. Mestre em Políticas Educacionais. Bacharel em Ciências Sociais. Pesquisador do grupo de pesquisa Políticas sociais: análise comparada das experiências brasileiras, do Programa de Desenvolvimento Urbano e Regional - PDUR (projeto de extensão) e do projeto As metrópoles e o direito à cidade: conhecimento, inovação e ação para o desenvolvimento urbano, vinculado ao Observatório das Metrópoles - Núcleo Curitiba. Atua nas áreas de Análise de desigualdades sociais/territoriais, Políticas Públicas, Sociologia Urbana, Efeito-território. Atualmente desenvolve pesquisas que versam sobre os temas: territorialidade, desenvolvimento e desigualdades, impactos sociais da Covid-19, Políticas Públicas. Pesquisador do Programa de Pós-graduação em Sociologia na UFPR, onde realiza estágio pós-doutoral pelo PNPd/Capes.

³ Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (1974), Mestrado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1990), doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2000) e Pós-Doutorado em Sociologia pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (2016). Professora Titular da Universidade Federal do Paraná; atua no Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Desenvolve investigações sobre os seguintes temas: juventude, cidadania, políticas sociais, participação social, sociologia urbana e impactos do Covid 19 em territórios urbanos.

⁴ Possui graduação em Ciências Sociais. Especialização em Coordenação Pedagógica e Educação Especial Inclusiva. Mestrado em Sociologia. Atualmente é Doutoranda em Educação (UFPR), Professora de Sociologia e Educação Especial do Governo do Estado do Paraná. Tem experiência na área de Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: intensificação do trabalho docente, ensino remoto emergencial, políticas públicas, precarização do trabalho e receitas e despesas.

Introdução

A estrutura etária de uma população tem relação direta com variáveis econômicas e sociais. As regionais administrativas de Curitiba possuem diferenças significativas no que tange às suas estruturas etárias, níveis de renda, educação familiar, etc. revelando, assim, uma imensa desigualdade, típica das grandes metrópoles brasileiras e marcada por um processo de segregação espacial.

Como procuramos demonstrar na primeira seção do artigo, a regional Matriz, que abarca os bairros da região central da cidade – e 11,48% de sua população composta por crianças e adolescentes de 0 a 14 anos –, apresenta os melhores indicadores sociais relativos à renda, nível de instrução e ocupação. Já a regional Pinheirinho, que abarca os bairros mais periféricos da cidade – e 24,99% de sua população composta por crianças e adolescentes de 0 a 14 anos –, apresenta os piores indicadores sociais em relação às mesmas variáveis observadas. Já na segunda seção, a análise dos dados revela que são justamente os bairros com os piores indicadores sociais e o maior percentual de crianças e adolescentes os que apresentaram as menores porcentagens de domicílios com acesso à internet. Essa imensa desigualdade no acesso à internet adquiriu novos contornos diante da pandemia de Covid-19 pois, em razão do isolamento social recomendado pelas autoridades sanitárias, os sistemas de ensino passaram a adotar o ensino remoto, que, da forma como foi implantado, acabou por revelar-se como mais um indicativo da imensa desigualdade social que sempre caracterizou a educação pública brasileira. Quando tomamos como público-alvo o alunado da rede municipal de ensino de Curitiba, ou seja, os estudantes do Ensino Fundamental na faixa etária de 6 à 14 anos de idade, percebemos que essa desigualdade no acesso à internet está diretamente associada à segregação espacial, característica da cidade, vindo a se somar a outras tantas formas de desigualdade muitas vezes ocultadas pelo mito da cidade modelo.

Os dados apresentados revelam que ser criança na cidade de Curitiba adquire significados bem distintos de acordo com a região analisada.

Infância e Pobreza: estrutura etária, desigualdade e segregação espacial em Curitiba

O efeito da estrutura etária sobre a desigualdade já foi objeto de estudo de inúmeros pesquisadores das mais variadas áreas, sendo Paglin (1975), um dos mais conhecidos. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Curitiba contava com uma população de 1.751.907 habitantes, tendo apresentado, de 2000 a 2010, um crescimento populacional de 10,05%. Os dados revelaram ainda que a população de 0 a 14 anos correspondia, em 2010, a 349.960 habitantes, o que equivalia a 19,97% da população. Os supracitados dados demográficos, no entanto, sofrem grandes variações de acordo com as regiões administrativas da cidade (representadas na figura 1).

Figura 1: Regiões administrativas da cidade de Curitiba (2014)

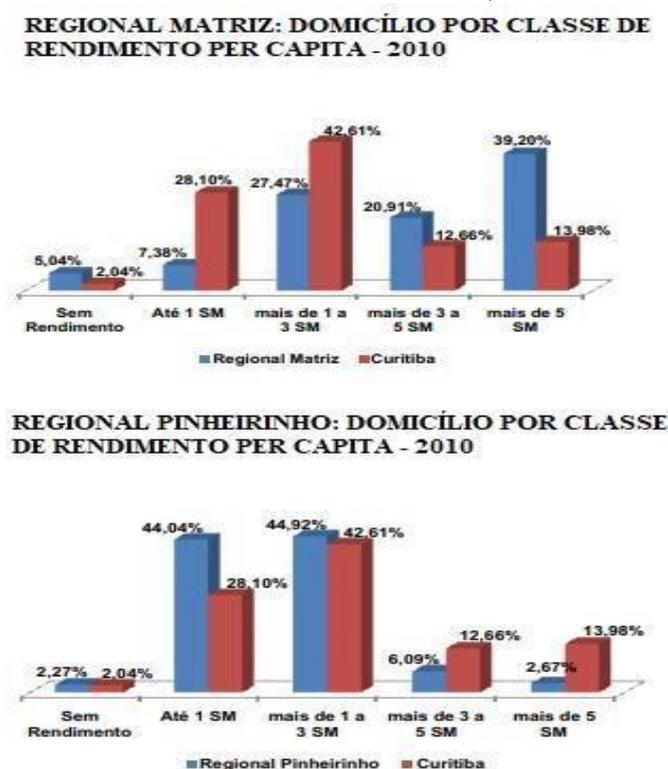


Fonte: IPPUC (2014).

De acordo com Fausto Brito (2008), em relação à caracterização sociodemográfica, o Brasil possui um nível de desigualdade relativamente alto, de forma que a pirâmide etária dos grupos mais pobres da população possui semelhança com taxa de fecundidade alta e o grupo que detém mais renda apresenta uma pirâmide etária como a da população com taxa de fecundidade baixa. Nesse sentido, para uma melhor compreensão das desigualdades intrametropolitanas, o autor destaca a importância da análise da estrutura etária da população segundo a sua região demográfica e os diferentes níveis de renda. O que se nota, de acordo com o autor, é que, em ambos os aspectos, o processo de transição demográfica é desigual, com diferentes níveis de estrutura etária dentro dos grupos sociais e das regiões (Brito, 2008).

A figura 2 faz um comparativo entre os rendimentos per capita, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, com base nas duas regionais aqui analisadas (Matriz e Pinheirinho).

Figura 2: Domicílio por Classe de Rendimento Per Capta – 2010 (Regionais Matriz e Pinheirinho)



Fonte: IPPUC (2014)

Como se pode notar, quando cruzamos os dados percebemos que, em Curitiba, a regional Matriz, que abarca os bairros da região central e que apresenta os melhores índices de desenvolvimento socioeconômico da cidade – incluindo as maiores classes de rendimento per capita –, apresentou, no período de 2000 a 2010, um crescimento populacional de 1,7% – o menor crescimento entre as regionais. Dos 145.433 habitantes da regional, 23.611 eram crianças e adolescentes de 0 a 14 anos, 11,48% da população. Já a regional Pinheirinho⁵, que abarca os bairros mais periféricos e afastados do centro da cidade, em especial os bairros localizados ao sul do município (que, em 2015, passaram a fazer parte da regional Tatuquara) e que apresenta os piores índices de desenvolvimento socioeconômico da cidade – incluindo as piores classes de rendimento per capita – apresentou, no mesmo período, um crescimento populacional de 29,34%. Dos 168.425 habitantes da regional, 42.087 eram crianças e adolescentes de 0 a 14 anos, o que equivalia a 24,99% da população da regional, mais que o dobro da regional Matriz aqui analisada comparativamente.

Essa imensa diferença na classe de rendimentos e na estrutura etária das duas regionais é apenas mais uma das faces da imensa desigualdade intrametropolitana característica dos grandes centros urbanos brasileiros. A título de comparação – de acordo com dados do Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras (2014) – os bairros periféricos do Tatuquara, Campo de Santana e Caximba, localizados ao sul do município, pertencentes, a até então, a regional do Pinheirinho, apresentaram Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM⁶), abaixo de 0,700. Já a regional Matriz, onde estão localizados os bairros da região central, os mais desenvolvidos socioeconomicamente, apresentaram índices sempre superiores a 0,900.

Como procuramos demonstrar, o território é uma variável importante nos estudos sobre a produção e reprodução das desigualdades. Em relação à desigualdade

⁵ Em 14 de novembro de 2015, foi criada a Regional Tatuquara abarcando os bairros Tatuquara, Campo de Santana e Caximba, que, até então, pertenciam à Regional Pinheirinho.

⁶ O IDHM brasileiro considera as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios e regiões metropolitanas brasileiras. É uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

socioespacial observa-se, num plano macro – nos termos de Marques, Scalon e Oliveira (2008) – a manutenção do padrão centro-periferia, que concentra nos bairros periféricos a maioria dos pobres e nos bairros das áreas centrais os grupos de média e alta rendas. Nesse sentido, a desigualdade na estrutura etária das duas regionais de Curitiba pode ser analisada de acordo com esse padrão, no qual a segregação é medida em grande escala. Esse é um tipo de segregação que promove o isolamento das populações residentes nas periferias e se dá em vários aspectos, desde a distância física que separa essas regiões das áreas que concentram os postos de trabalho e serviços – em geral localizados nos bairros da região central – até o distanciamento em relação ao convívio com outros grupos sociais. A distância social, naturalizada pela distância física, acaba por legitimar o lugar de cada grupo, minimizando, desta forma, o conflito.

Em relação às suas responsabilidades, a Secretaria Municipal de Educação de Curitiba, tem seguido o padrão segregacionista. De acordo com Bruel, Assunção, *et al.* (2014):

A distribuição dos estudantes nas escolas do município não se dá de forma aleatória ou equilibrada. Ao contrário, é bastante heterogênea, concentrando-se em determinados estabelecimentos de ensino e em certas regiões da cidade, indicando a existência de uma forte diferenciação e segmentação das redes de ensino, gerando uma distribuição bastante desigual de oportunidades pelo território (BRUEL; ASSUNÇÃO, *et al.* 2014, p. 317).

Há uma forte diferenciação e segmentação da rede de ensino, o que acaba por gerar uma distribuição bastante desigual de oportunidades pelo território, aqui analisados através do recorte centro-periferia. De acordo com Lazaretti, Teixeira e Oliveira (2019, p. 1), “ao nascer em famílias com baixo nível de renda e educação, os indivíduos são suscetíveis a reproduzir as características socioeconômicas herdadas”.

Longo & Vieira (2017), ao analisarem a importância do Estado na geração de oportunidades educacionais, destacam as ações que podem ajudar na mobilidade socioeconômica dos indivíduos, concluindo que indivíduos residentes em regiões com maior investimento e oportunidades públicas de educação tendem a se beneficiar de forma que o nível de educação progride.

De acordo com Brito (2008), os investimentos maciços em educação implicam uma grande vontade política e, no caso dos serviços relativos à população jovem, como os educacionais, a redução do ritmo de crescimento da demanda poderia favorecer a universalização da cobertura e a melhoria da qualidade do ensino (Brito, p. 10). Qualidade esta que, na conjuntura atual, é cada vez mais indissociável da inclusão digital.

De acordo com o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC, 2014), são justamente os bairros com o maior percentual de crianças e adolescentes os que apresentaram as menores porcentagens de domicílios com acesso à internet. Enquanto os bairros da área central da cidade apresentaram percentuais de acesso à internet sempre acima de 72%, em relação aos bairros periféricos, verificou-se percentuais bem abaixo, em torno de 50%.

A infância (des)conectada da “cidade modelo”: o ensino remoto emergencial e o efeito-território como variável explicativa da exclusão digital em Curitiba

Curitiba é conhecida mundo afora como “a cidade modelo”. De acordo com o IBGE (2012), entre os 5.565 municípios brasileiros, a cidade ocupava a 10ª colocação em desenvolvimento humano (IDHM), com um índice de 0,823. O IDHM abarca três dimensões: longevidade, educação e renda. Entretanto, dois anos antes, em 2010, era divulgado o relatório do Fórum Urbano Mundial da ONU e Curitiba figurava entre as mais desiguais do mundo, com um Índice de Gini (que mede a desigualdade social) de 0,55%, aparecendo em 17º lugar no ranking global, sendo a quinta cidade mais desigual da América Latina. Ou seja, Curitiba é também reconhecida internacionalmente pela desigualdade social.

Não há dúvidas que a redução das desigualdades sociais está diretamente associada à políticas públicas voltadas à população mais pobre. De acordo com Brito (2007), os benefícios demográficos estão fortemente condicionados pela gravidade da situação social. De acordo com o autor, “isso fica nítido quando se constata que a maioria da população jovem, no Brasil, é pobre” (Brito, 2007, p. 13).

Em relação a Curitiba, de acordo com o Plano de Ação para Atendimento à Criança e ao Adolescente para 2014-2017 divulgado em 2013, das 16.895 pessoas em extrema pobreza, 6.578 eram crianças e adolescentes (38,31%). Como demonstrado no gráfico 1, a faixa etária de 6 a 14 anos, corresponde a 20,72%, o segundo maior percentual de pessoas em situação de pobreza extrema. Mas, se somarmos com as faixas etárias mais jovens, esse percentual chega a 33,95%, se constituindo no maior percentual de pessoas em situação de pobreza extrema de Curitiba.

Gráfico 1: Distribuição percentual da população extremamente pobre por faixa etária em Curitiba



Fonte: Plano de Ação para Atendimento à Criança e ao Adolescente para 2014-2017 de Curitiba (2013)

A esse respeito, na conjuntura atual, a inclusão social é indissociável da inclusão digital. No entanto, mesmo antes da pandemia, a imensa desigualdade no acesso à internet já era objeto de estudo de inúmeras pesquisas – como a TIC Domicílios, divulgada em 2019, e que já apontava que, apesar de 70% dos lares brasileiros, localizados em áreas urbanas, terem acesso à internet, o mesmo apresentava grandes disparidades. A análise por classe social, por exemplo, revelou que, entre os mais ricos (classes A e B), 96,5% das casas têm sinal de internet; ao passo que, nos patamares mais baixos da pirâmide (classes D e E), esse índice cai para 59%. Além disso, entre a população cuja renda familiar é inferior a 1 salário mínimo, 78% das pessoas com acesso à internet usam exclusivamente o celular. Essa imensa desigualdade no acesso à internet adquire novos

contornos diante da pandemia de Covid-19, pois, em razão do isolamento social recomendado pelas autoridades sanitárias, os sistemas de ensino passaram a adotar a educação a distância, sendo que esta, da forma como foi implantada, tem se revelado como mais um indicativo da desigualdade social que sempre caracterizou a educação brasileira.

A pandemia de Covid-19 – doença respiratória aguda causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2) – foi identificada pela primeira vez em Wuhan, na província de Hubei, República Popular da China, em 1 de dezembro de 2019. Desde então, tem feito milhões de vítimas fatais em todo o planeta, tendo o Brasil, na data de finalização do presente artigo, ultrapassado a marca de mais de 600.000 óbitos em decorrência da doença, o segundo em número de mortes, atrás apenas dos EUA. Visando minimizar os impactos, autoridades sanitárias de todo o mundo passaram a recomendar medidas de distanciamento social, consideradas essenciais para o controle da doença. Ficar em casa passou a ser, desde então, palavra de ordem no enfrentamento da moléstia. No entanto, diante da atual conjuntura, o simples ato de ficar em casa adquire significados absolutamente diferentes, como bem ilustrado por Pretto, Bonilla e Sena (2020):

Em um país com uma enorme desigualdade social, como o Brasil, é necessário especificar que essa casa, para as classes média e alta, se constitui numa edificação com diversos cômodos, que permite arranjos para o desenvolvimento de atividades individuais e coletivas; já para as classes populares, a casa é, muitas vezes, um único cômodo, onde convivem muitas pessoas, de pequenos a idosos, o que torna praticamente impossível permanecer nesse espaço o dia todo, ou desenvolver qualquer tipo de atividade que exija o mínimo de concentração e dedicação, como são geralmente aquelas ligadas à experiência educacional. No entanto, com esse enorme contingente juvenil sem aula nas escolas, começam a surgir, aqui e em diversos países, soluções para que a educação continue, em casa, sob a responsabilidade dos grupos familiares. Portanto, as hashtags #fiqueemcasa e #aescolacontinua têm significados absolutamente diferentes para uma ou outra realidade, uma ou outra classe social (PRETTO; BONILLA; SENA, 2020, p. 2-3).

As aulas presenciais na educação básica e no ensino superior foram suspensas por tempo indeterminado em vários países como medida para evitar a propagação do coronavírus. De acordo com o “Monitoramento global de fechamento de escolas causados pelo COVID19” realizado com base nos dados do Instituto de Estatística da

UNESCO, na data de 16 de maio de 2020, constatou-se que 1.213.390.181 alunos foram afetados com o fechamento das escolas, representando 69,3% do total de alunos matriculados.

Curitiba, seguindo a tendência mundial, suspendeu o ensino presencial e a secretaria municipal de educação passou a oferecer material pedagógico especial, no formato de videoaulas. Através do decreto 516, publicado no Diário Oficial do Município do dia 8 de abril, em razão da pandemia de Covid-19, ficou estabelecido a suspensão das aulas em escolas, Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), Centros Municipais de Atendimento Educacional Especializado (CMAEEs) e creches contratadas.

De acordo com o decreto, as aulas do currículo da rede foram preparadas pela equipe técnica dos departamentos de Educação Infantil e Ensino Fundamental e o conteúdo, ministrado por professores da rede municipal de ensino, foi desenvolvido para o público da pré-escola, do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental e da Educação para Jovens e Adultos (EJA).

Para estudantes do 6º ao 9º ano do Fundamental, o conteúdo foi produzido pelo Governo do Estado. O conteúdo passou a ser apresentado no dia 13 de abril em videoaulas pela Paraná Turismo, canal 9.2 UHF e também através da internet pelo Youtube. Em relação à educação infantil ficou determinado que os estudantes terão que registrar o acompanhamento das aulas, em cadernos ou folhas, os quais serão entregues posteriormente pelos pais ou responsáveis nas escolas. Para isso, a prefeitura distribuiu às famílias que precisavam, folhas, cadernos, lápis e demais materiais necessários para essas anotações. Para os estudantes do Ensino Fundamental (do 6º ao 9º ano), a Secretaria Municipal de Educação firmou convênio com o governo estadual, que ficou responsável pela produção de conteúdo para este segmento.

Também houve a utilização do aplicativo Aula Paraná, onde o aluno podia acompanhar a aula ao vivo. Além disso, a secretaria firmou parceria com o Google Classroom, que é um sistema de gerenciamento de conteúdo para escolas que permite a criação, distribuição e avaliação de trabalhos, permitindo também a interação entre o professor e o aluno. Ou seja, para este segmento da educação básica, o acesso à internet se faz ainda mais necessário.

O Ensino Remoto Emergencial (ERE) dividiu opiniões perante a comunidade escolar desde que foi implementado pois, se por um lado viabilizou a oferta contínua das aulas e disponibilizou conteúdos e atividades para uma parcela de estudantes que têm acesso aos recursos tecnológicos; por outro, não contempla aqueles que vivem em condição de vulnerabilidade social em decorrência de fatores socioeconômicos (analisados na seção anterior) e, conseqüentemente, não possuem acesso aos recursos tecnológicos necessários.

A distribuição desigual da população no espaço urbano da cidade de Curitiba, analisada anteriormente, também tem impactos sobre a acessibilidade à internet e, conseqüentemente, sobre os estudantes de segmentos sociais vulneráveis, residentes nos bairros da região periférica aqui analisados, uma vez que essa situação de brutal desigualdade no acesso, aprofunda ainda mais o fosso entre as diferentes classes sociais, com as mais vulneráveis desprovidas até mesmo de informações sobre a pandemia.

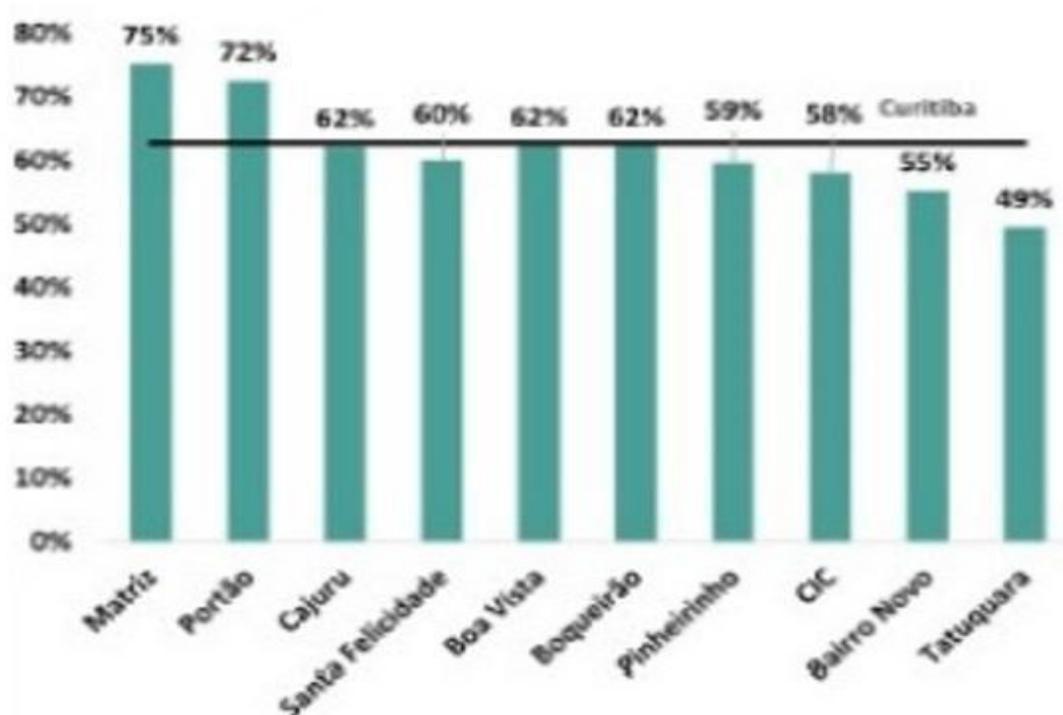
De acordo com Andrade e Silveira (2013), a região, o bairro, o território são também capazes de gerar desigualdades. A análise do efeito-território se pauta na investigação das inter-relações entre as características tanto dos espaços (territórios) quanto dos grupos sociais presentes nestes.

De fato, os bairros periféricos aqui analisados – regional Pinheirinho – apresentam os piores indicadores sociais relativos à renda, escolaridade, etc e, também, os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Além disso, a regional apresentou, no período de 2000 a 2010, um crescimento populacional de 29,34%, enquanto o município como um todo, apresentou um crescimento de 10,37%. Dos 168.425 habitantes da regional, 42.087 eram crianças e adolescentes de 0 a 14 anos, o que equivalia a 24,99% da população.

Em 2017, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPUC) realizou um amplo estudo sobre as condições de moradia em Curitiba. Nesse estudo, a Regional Tatuquara (que abarca os bairros Tatuquara, Campo de Santana e Caximba) já aparece desmembrada da Regional Pinheirinho, o que ocorreu em novembro de 2015, através de decreto da prefeitura. A Figura 3 apresenta dados desse estudo do IPPUC. Como se pode notar, as regionais Pinheirinho e Tatuquara – que no Censo Demográfico de 2010 ainda faziam parte de uma mesma regional e contavam com a maior proporção de crianças e

adolescentes de 0 a 14 anos – foram as regionais que (somadas às regionais CIC e Bairro Novo) apresentaram a menor porcentagem de domicílios com internet.

Figura 3: Percentagem de domicílios com internet (por macro zona de Curitiba)



Fonte: IPPUC (2017)

A esse respeito é importante destacar que há, recentemente, uma convergência de estudos que tratam da segregação espacial como um fator impactante importante sobre as oportunidades educacionais. Um exemplo são os estudos realizados no âmbito do grupo de pesquisa “Observatório da Educação e Cidades” que reúne trabalhos realizados no Brasil nas últimas décadas, com o objetivo de investigar e compreender o impacto da segregação residencial e/ou do efeito-vizinhança sobre oportunidades educacionais. Esses estudos partem do pressuposto de que a concentração da pobreza é um fator estrutural explicativo dos comportamentos individuais e, por extensão, dos resultados escolares.

Em 27 de setembro de 2021, após 18 meses de pandemia, a Secretaria Municipal da Educação de Curitiba retornou com as aulas presenciais, mas mantendo os dois

formatos de atendimento – presencial e remoto – para que os pais e responsáveis escolham a que consideram mais adequada para a organização familiar.

De acordo com os dados apresentados, podemos seguramente afirmar que nesses 18 meses de pandemia e de ensino remoto milhares de crianças e adolescentes em idade escolar vivenciaram um “*apartheid digital*”, termo utilizado por Bonilla e Oliveira (2011) para designar a desigualdade de acesso de grandes contingentes populacionais às tecnologias da informação e comunicação.

Considerações finais

É impossível compreender a desigualdade se não nos atermos à infância, que é considerada a etapa mais vulnerável da vida, especialmente em países como o Brasil. As desigualdades iniciadas na infância tendem, muitas vezes, a definir o destino de crianças e adolescentes. A privação ou concentração de oportunidades acontecem desde muito cedo. Como procuramos demonstrar no artigo, apesar de Curitiba ser conhecida mundo afora como “a cidade modelo”, ela é uma das mais desiguais do mundo. Os dados apresentados revelam que ser criança na capital paranaense adquire significados bem distintos de acordo com a região analisada. A análise do efeito-território ancorada nos dados que analisamos nos permite afirmar que o território é, também, capaz de gerar desigualdades. Assim, a regional Matriz, que abarca os bairros da região central da cidade – e 11,48% de sua população composta por crianças e adolescentes de 0 a 14 anos – apresenta os melhores indicadores sociais, relativos à renda, nível de instrução e ocupação. Já a regional Pinheirinho, que abarca os bairros mais periféricos da cidade – e 24,99% de sua população composta por crianças e adolescentes de 0 a 14 anos – apresenta os piores indicadores sociais, em relação às mesmas variáveis observadas.

Há de se destacar, ainda, que, de acordo com o Plano de Ação para Atendimento à Criança e ao Adolescente para 2014-2017, divulgado em 2013, das 16.895 pessoas em extrema pobreza na cidade, 6.578 eram crianças e adolescentes (38,31%). Além disso, a faixa etária de 6 a 14 anos, corresponde a 20,72%, o segundo maior percentual de pessoas em situação de pobreza extrema. Mas, se somarmos com as faixas etárias mais jovens,

esse percentual chega a 33,95%, se constituindo no maior percentual de pessoas em situação de pobreza extrema de Curitiba.

São justamente os bairros com os piores indicadores sociais e o maior percentual de crianças e adolescentes os que apresentaram as menores porcentagens de domicílios com acesso à internet. Essa imensa desigualdade no acesso à internet adquiriu novos contornos diante da pandemia de Covid-19 pois, em razão do distanciamento social recomendado pelas autoridades sanitárias, os sistemas de ensino passaram a adotar o ensino remoto, que, da forma como foi implantado, acabou por revelar-se como mais um indicativo da imensa desigualdade social que sempre caracterizou a educação pública brasileira. Quando tomamos como público-alvo o alunado da rede municipal de ensino de Curitiba, ou seja, os estudantes do Ensino Fundamental na faixa etária de 6 à 14 anos de idade, percebemos que essa desigualdade no acesso à internet está diretamente associada à segregação espacial, característica da cidade, vindo a se somar a outras tantas formas de desigualdade e expondo uma de suas faces mais cruéis, a privação do direito fundamental à educação e, conseqüentemente, a negação da possibilidade de futuro para um contingente tão significativo de crianças e adolescentes que, historicamente, sempre foram as menos amparadas por investimentos realizados pelo Estado.

Curitiba não foge à regra do país; aqui, as condições desiguais que envolvem raça e gênero, também envolvem idade.

Referências

ANDRADE, L. T.; SILVEIRA, L. S. Efeito-território: explorações em torno de um conceito sociológico. *Civitas*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 381-402, 2013.

BONILLA, M.H.S.; OLIVEIRA, P.C.S. Inclusão digital: ambiguidades em curso. In: BONILLA, M.H.S; PRETTO, N.L. (org). **Inclusão digital**: polêmica contemporânea. Salvador: EDUFBA, 2011.

BRITO, F. R. (2007). **A transição demográfica no Brasil**: as possibilidades e os desafios para a economia e a sociedade (Texto para Discussão, No. 318). Brasília: IPEA.

BRITO, F. R. (2008). Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos da População**, 25(1), 5-26.

BRUEL, Ana Lorena; ASSUNÇÃO, Heracto Kuzycz; BALISKI, Patrícia; TAVARES, Tais Moura. Organização social do território e distribuição de oportunidades educacionais: um estudo exploratório sobre o caso da Região Metropolitana de Curitiba. In: FIRKOWSKI, O. L. C. F, MOURA, Rosa. **Curitiba: transformações na ordem urbana**.1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2014.

CURITIBA. **Plano de Ação para Atendimento à Criança e ao Adolescente para 2014-2017**. 2013.

DESCHAMPS, Marley Vanice. Região Metropolitana de Curitiba: estrutura social e organização social do território. In: FIRKOWSKI, O. L. C. F, MOURA, Rosa. **Curitiba: transformações na ordem urbana**.1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Documentação do Censo 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IPEA. **Atlas da Vulnerabilidade Social**. IPEA, 2015. Disponível em: <<http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>> Acesso em: 11 de set. de 2021.

IPPUC. Avaliação de vulnerabilidade ambiental e socioeconômica para o Município de Curitiba. 2014.

IPPUC. **Consolidação de dados de oferta, demanda, sistema viário e zoneamento**. Relatório 5. Pesquisa Origem-destino domiciliar. 2017.

KOSLINSKI, M. C.; ALVES, F. Novos olhares para as desigualdades de oportunidades educacionais: a segregação residencial e a relação favela-asfalto no contexto carioca. **Educ.Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 805-831, jul.-set. 2012.

LAZARETTI, L. R., TEIXEIRA, F. O., & OLIVEIRA, S. V. (2019). Desigualdades socioeconômicas e demográficas nos municípios do Rio Grande do Sul/Brasil: um índice de vulnerabilidade à pobreza. urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**.2019.

LONGO, F. V.; VIEIRA, J. M. (2017). Educação de mãe para filho: fatores associados à mobilidade educacional no Brasil. **Revista Educação e Sociedade**, 38(141), 1051-1071. <http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302017162420>.

MARQUES, Eduardo; SCALON, Celi; OLIVEIRA, M. Comparando estruturas sociais no Rio de Janeiro e em São Paulo. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p. 215-38, 2008.

MARQUES, Eduardo. **Redes sociais, segregação e pobreza**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

PAGLIN, M. The measurement and trend of inequality: a basic revision. **American Economic Review**, 65(3): 520-531, 1975.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras. BOLZON, A.; COSTA, M. A.; MARQUES, M. L. A. (Coords.). Brasília: Pnud Brasil, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/GnZQS3>>.

PRETTO, N. De L.; BONILLA, M. H. S.; SENA; I. P. F. de S. (Orgs). **Educação em tempos de pandemia**: reflexões sobre as implicações do isolamento físico imposto pela COVID-19. Salvador: Edição do autor, 2020.

TIC DOMICÍLIOS 2018. **Comitê Gestor da Internet no Brasil** – CGI.br. Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros – São Paulo: CGI.br, 2019. Disponível em: <https://www.cetic.br/pesquisa/domicilios/> . Acesso em: 15 set. 2021.